

Migração Internacional no Brasil e Mercado de Trabalho¹

Uma avaliação dos dados censitários

Fernando Braga²

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar algumas das possibilidades de exploração do Censo Demográfico brasileiro para o estudo das migrações internacionais. A recente inversão do saldo migratório brasileiro de taxas positivas para taxas negativas durante as décadas de 1980-90 tem feito crescer a importância dos estudos sobre a migração internacional no Brasil, a fim de compreender a dinâmica deste processo tanto no âmbito da reorganização espacial e econômica interna como da articulação do Brasil e das diferentes comunidades de brasileiros com países receptores desta recente onda de migrações das nações em desenvolvimento para as nações desenvolvidas. A pesquisa amostral do Censo Demográfico de 2000 permite realizar uma série de cruzamentos de informações sobre os imigrantes internacionais residentes no Brasil em 2000, que são apresentadas neste artigo a partir da comparação de uma série de variáveis espaciais, demográficas e socioeconômicas relativas às populações de não migrantes, migrantes internos e migrantes internacionais. Entre os migrantes internacionais buscou-se comparar o comportamento do grupo de brasileiros retornados e do grupo de estrangeiros residentes no Brasil. Os resultados alcançados apontam para importantes diferenças entre estes grupos populacionais, suscitando relevantes temas de pesquisa sobre a compreensão de como se dão as relações entre países e comunidades que geram as redes migratórias, sobre como operam os mecanismos de estímulo a migração em diferentes grupos populacionais e também sobre as oportunidades no mercado de trabalho desencadeadas pelos movimentos populacionais entre países.

¹ Trabalho apresentado para o 12º Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL), Montevideu, Uruguai, 3 a 7 de Abril de 2009.

² Professor de Geografia do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais; Doutorando em Demografia pelo Cedeplar/UFMG.

Migração Internacional no Brasil e Mercado de Trabalho

Uma avaliação dos dados censitários

Fernando Braga

Introdução

A migração internacional tem sido um dos temas de maior destaque entre as ciências humanas devido às amplas implicações econômicas, sociais e culturais dos movimentos de população entre os países, entre os quais se destacam os significativos fluxos das nações em desenvolvimento para os países desenvolvidos. Entre os países de economia desenvolvida, receptores destes novos movimentos migratórios, os impactos que podem ser sentidos, entre outros, são: *i)* na organização do mercado de trabalho, especialmente no setor informal da economia, *ii)* na formação cultural das áreas nas quais já se consolidaram densas redes migratórias, *iii)* no papel dos Estados Nacionais como representantes dos direitos da população residente, que começam a ser questionados por uma massa de trabalhadores excluídos ao direito de cidadania, *iv)* instabilidade política, motivada pelas dificuldades de controlar a entrada ilegal de populações. Quanto aos países em desenvolvimento, que tem enviado trabalhadores, algumas das conseqüências são: *i)* Perda de massa intelectual, via processo de “brain drain”, *ii)* desestruturação das famílias e domicílios dos indivíduos que se aventuram a realizar migrações ilegais, *iii)* dinamização de economias locais, estimuladas pelos envios de remessas de parentes residentes fora do país, *iv)* reorganização cultural, dada pelas relações entre as famílias e as comunidades de migrantes, bem como dos retornados.

Cada uma destas conseqüências ou implicações acima descritas vem demandando grande esforço por parte de pesquisadores de várias áreas do conhecimento, que encontram, ao contrário do observado no estudo de outras variáveis demográficas, grandes dificuldades na obtenção de fontes de dados. Neste sentido, este trabalho se propõe a utilizar, com caráter exploratório, as possibilidades de cruzamento de informações sobre mercado de trabalho e movimentos populacionais presentes no Censo Demográfico brasileiro. Longe de fornecer subsídios para o enfrentamento de todas essas questões, os Censos Demográficos, em função do seu caráter descritivo e abrangência amostral, permitem traçar considerações preliminares sobre aspectos sociodemográficos importantes dos indivíduos que realizaram movimentos migratórios internacionais nos períodos intercensitários.

Neste sentido, este artigo irá concentrar esforços em duas linhas de investigação, que suscitam duas questões principais de pesquisa: 1) Os censos demográficos ajudam a compreender qual é a contribuição dos brasileiros retornados para as economias locais? 2) Os censos demográficos brasileiros podem contribuir no entendimento da inserção ocupacional dos estrangeiros residentes no Brasil, definindo padrões ou perfis distinguíveis da atuação dos mesmos nos mercados de trabalho, segundo sexo e procedência? Da mesma forma, a amplitude de variáveis descritivas dos censos demográficos permite uma infinidade de cruzamentos e recortes populacionais que cooperam para o entendimento dos mercados de trabalho nas Unidades da Federação e municípios brasileiros, o que, espera-se, pode lançar luz sobre estas questões.

Sem o objetivo de abarcar todas as questões pertinentes aos problemas de pesquisa aqui levantados, este trabalho buscará somar esforços às análises censitárias já realizadas, avançando nas possibilidades de compreensão dos movimentos migratórios internacionais, ainda pouco explorados com esta base de dados.

1) A migração internacional e o Censo Demográfico de 2000

Os Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são uma das mais importantes fontes de dados para o estudo da migração, componente demográfica que apresenta grande carência de dados mais detalhados no Brasil. Tendo em conta as especificidades das informações envolvendo os movimentos populacionais, que exigem a coleta de dados sobre dois ou mais lugares em diferentes momentos no tempo, poucas são as pesquisas de grande abrangência amostral que oferecem contribuições significativas para o estudo deste tema. Além das dificuldades relativas a operacionalização da coleta das informações há também grande diversidade de definições para o termo migrante, que atendem a diferentes objetivos de pesquisa (BILSBORROW, 1997).

O Censo Demográfico de 2000 do IBGE permite trabalhar com uma grande quantidade de variações da definição de migrante em função dos diferentes quesitos pesquisados, como explica a documentação: “*As características investigadas para detectar a mobilidade espacial da população se referiram a: nacionalidade, naturalidade, migrações intramunicipais, intermunicipais e internacionais, local de trabalho ou estudo.*” (IBGE, 2002). Excetuando o item “local de trabalho e estudo” que não se refere à migração, mas a mobilidade pendular os quesitos dos Censos Demográficos identificam a ocorrência de migração, ou identificam o migrante, a partir de três critérios básicos, quais sejam: i) a definição de um período de análise; ii) a ocorrência de uma mudança definitiva de residência; iii) a definição das unidades espaciais nas quais ocorre a mudança de residência (CARVALHO e MACHADO, 1992).

Com relação ao *período de análise* o Censo de 2000 aplica a maioria das suas questões de migração para os indivíduos com 10 anos ou menos de residência na unidade espacial em que foram entrevistados. A *mudança definitiva de residência* exclui da categoria de imigrantes outros tipos de mobilidade geográfica que tem caráter passageiro (fluxos diários, com poucos meses de intervalo), assim, os migrantes são aqueles que declaram residir nas unidades pesquisadas. Finalmente a definição das *unidades espaciais* permite trabalhar as trocas populacionais desde o nível municipal até as fronteiras entre países.

Ao permitir a identificação das unidades espaciais de origem dos imigrantes o Censo Demográfico de 2000 possibilita o estudo de dois tipos principais de imigrantes internacionais, a saber: os migrantes de “data-fixa”, que são todos aqueles que declararam qual era o país ou a Unidade da Federação de residência no dia 31 de Julho de 1995 e os migrantes de “última etapa”, compreendendo aqueles que declaram o país ou a Unidade da Federação de residência anterior dentro do período intercensitário. Claramente os migrantes de data-fixa necessariamente aparecem em menor número do que os de última etapa em função de duas razões: 1º) enquanto a data fixa trabalha com os movimentos ocorridos nos cinco anos anteriores ao ano de realização do Censo, a última etapa capta todos os indivíduos da amostra que realizaram movimentos nos dez anos anteriores a data de realização do Censo; 2º) Não constam entre os migrantes de data-fixa todos aqueles que declararam residir na mesma unidade no dia 31 de Julho de 1995, mesmo que neste período de cinco anos tenham migrado para outro país ou UF e retornado ao lugar de residência em 2000, bem como todos os indivíduos com menos de 5 anos de idade.

A data-fixa é particularmente importante para os estudos de migração pois somente com ela torna-se possível calcular o saldo migratório de forma direta, já que o saldo necessita de uma referência específica no início e no fim do período. Contudo, optou-se neste trabalho pela utilização dos migrantes de última etapa em função de duas razões correlatas com as limitações dos dados de data fixa, a saber: 1) como a última etapa abarca um número maior de pessoas e os migrantes internacionais são uma população rara, com prováveis dificuldades de ser bem representada no plano amostral de 10% do Censo Demográfico, parece razoável optar pela definição com maior cobertura possível; 2) Como o Censo Demográfico apresenta apenas informações sobre os residentes no Brasil só é possível pensar na migração de brasileiros no âmbito do retorno migratório, assim, tendo em conta que a data-fixa exclui os migrantes internacionais de retorno pleno e considerando que as migrações de curta duração são

características destes movimentos de brasileiros para o exterior, a última etapa parece ser mais adequada para captar o maior número possível de migrantes internacionais no Censo Demográfico de 2000.

Tendo em conta tais definições, as análises aqui apresentadas irão considerar como migrante todos os indivíduos que entre 1990 e 2000 residiram em outro país ou em Unidade da Federação diferente daquela em que residiam na data de referência do Censo Demográfico de 2000. Para efeito das análises e comparações que são objeto deste artigo optou-se por subdividir a população brasileira em quatro subgrupos, como segue abaixo:

- 1) **Migrantes internos:** Todos os indivíduos que declararam uma Unidade da Federação como última etapa migratória dentro do período intercensitário.
- 2) **Migrantes internacionais estrangeiros:** Todos os indivíduos não nascidos no Brasil que declararam algum país como última etapa migratória dentro do período intercensitário.
- 3) **Migrantes internacionais brasileiros:** Todos os indivíduos nascidos no Brasil que declararam algum país como última etapa migratória dentro do período intercensitário. Esta categoria será utilizada como *proxi* do número de migrantes brasileiros retornados, contudo, deve-se considerar a heterogeneidade deste grupo já que não é possível obter informação sobre o tempo de permanência no exterior.
- 4) **Não Migrante:** Todos os indivíduos que não realizaram mudança de residência entre Unidades da Federação ou países entre 1990 e 2000.

A partir da definição destes subgrupos é possível utilizar o Censo para o estabelecimento de uma série de comparações valendo-se da amplitude de temas descritos pelas variáveis. No âmbito deste trabalho foram três os conjuntos de variáveis para as quais se estabeleceu algum tipo de comparação: *i*) as variáveis de localização geográfica, que descrevem os locais de origem e destino; *ii*) as variáveis demográficas, que apresentam descrições sobre o comportamento da população no tocante a estrutura etária e sexo e *iii*) as variáveis sobre mercado de trabalho, que descrevem características da renda e da inserção ocupacional de cada um destes grupos. Desta forma, os Censos Demográficos apresentam-se como uma ferramenta com alto potencial para exploração do tema das migrações, sendo já amplamente explorado no caso das migrações internas, mas ainda com tímidas incursões no caso das migrações internacionais, mesmo que interessantes trabalhos vem sendo publicados recentemente (GARCIA e SOARES, 2006).

As poucas explorações dos Censos no tema migrações internacionais provavelmente relacionam-se as graves limitações desta fonte de dados quanto a este tema. Em primeiro lugar destaca-se, como já citado, que a cobertura amostral pode subestimar a quantidade de migrantes internacionais no país, dado que essa população configura-se como rara. Além disso, fatores como a ilegalidade associada a muitos dos movimentos inibe as declarações abertas sobre os mesmos. Em segundo lugar existe a limitação no tocante ao conhecimento da situação nos lugares de origem: como o Censo Demográfico descreve os imigrantes no destino a única possibilidade de trabalhar com a migração de brasileiros circunscreve-se a análise daqueles que declararam ter retornado do exterior, assim, os números e os fatores associados a emigração de brasileiros não é contemplada no Censo. Finalmente ainda merece destaque o fato de que os Censos Demográficos tem natureza descritiva, limitando a ação do pesquisador, que, muitas vezes, necessita de pesquisas que procurem explicar os fenômenos ao invés de simplesmente descrevê-los pormenorizadamente.

Mesmo considerando todo esse conjunto de limitações, considera-se que os Censos Demográficos possam ajudar a direcionar pesquisas de campo ou análises de outras fontes de informação que necessariamente devem se valer de material descritivo. Essa, pretende-se, deverá ser a contribuição deste trabalho.

2) Origem e destino dos fluxos internacionais

O Censo Demográfico de 2000 permite conhecer qual foi a Unidade da Federação ou o país de residência anterior dos imigrantes. Essa informação é particularmente importante pois permite conhecer quais são os nós da rede migratória responsável pela redistribuição interna da população, pelo menos no tocante aos movimentos de longa distância (entre as UFs), e também das conexões do Brasil com o exterior. A origem dos imigrantes internacionais estrangeiros revela os lugares que têm sido atraídos pelo Brasil, que, juntamente com o número de brasileiros retornados, são importantes indicativos das rotas emigratórias.

A Tabela 1 apresenta os continentes de origem dos imigrantes internacionais residentes no Brasil. Ao todo o Censo de 2000 registrou 277.905 imigrantes internacionais que declararam o país de origem³, sendo estes predominantemente brasileiros (67% do total). Tanto os brasileiros retornados quanto os estrangeiros tem como origem principal os países da América Latina e Caribe, seguidos pelos países da Europa, em ambos os casos os estrangeiros concentram-se mais nestas origens do que os brasileiros. A Ásia figura como o terceiro maior contribuinte de imigrantes em ambos os casos, seguida pela América do Norte com forte contribuição de Brasileiros e baixa contribuição de estrangeiros. África e Oceania aparecem com as menores contribuições.

Tabela 1: Continentes de origem dos imigrantes internacionais residentes no Brasil

Lugar de Origem	Imigrantes Internacionais			
	Brasileiros	%	Estrangeiros	%
América Latina e Caribe	76.354	41,1	43.125	46,8
América do Norte	32.539	17,5	9.029	9,8
Europa	36.927	19,9	21.636	23,5
Ásia	35.707	19,2	14.368	15,6
África	3.002	1,6	3.723	4,0
Oceania	1.239	0,7	255	0,3
Total	185.768	-	92.137	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Os dados da tabela são coerentes com as tendências observadas por muitos pesquisadores de que o saldo migratório internacional brasileiro tornou-se negativo na década de 1990⁴. O número bem superior de brasileiros retornados nestes 10 anos aponta, de forma indireta, que o volume de saídas tem sido bem maior que o de entradas. É interessante notar que os países da América do Norte contribuem fortemente no envio de brasileiros, contudo tem tímida contribuição no envio de estrangeiros (concentra 17,5% dos imigrantes brasileiros contra apenas 9,8% dos estrangeiros). Os dados mostram que dentre todas as regiões do mundo, os países da América do Norte cumprem um papel peculiar na rede migratória brasileira, sendo importantes áreas de atração de imigrantes brasileiros, constatação derivada indiretamente pelo número de retornados, mas com pequena compensação no envio de estrangeiros para o Brasil.

Ainda verificando as áreas de destino, o Censo permite a desagregação das informações de origem da última etapa migratória por grupos de países. O que se observa nas informações é que não há uma grande quantidade de países origem dos imigrantes, sendo a rede migratória internacional brasileira configurada pela baixa densidade. A Tabela 2 apresenta os 10 principais países de origem dos imigrantes internacionais brasileiros e dos estrangeiros. No caso dos brasileiros retornados esses 10 países reuniram 81% de todos indivíduos nesta categoria, a lista reúne sete países de economia desenvolvida e o restante de países da América Latina. Três

³ O número total de imigrantes internacionais registrado pelo Censo 2000 foi de 279.822, contudo parte destes tem origem ignorada ou mal especificada, tornado impossível contabilizá-los nos dados da Tabela 1.

⁴ Para maiores informações sobre o saldo migratório internacional do Brasil consultar o relatório do CEDEPLAR/UFMG (CARVALHO E GARCIA, 2002).

países, contudo, concentram a maior parte destes imigrantes, a saber, Paraguai, Japão e Estados Unidos. Este fator não surpreende, pois são exatamente as três origens migratórias que mais tem estimulado a produção científica sobre brasileiros retornados: os imigrantes laborais nos EUA, o caso dos brasiguaios e os dekasseguis brasileiros.

Tabela 2: Dez principais países de origem dos imigrantes internacionais brasileiros e estrangeiros

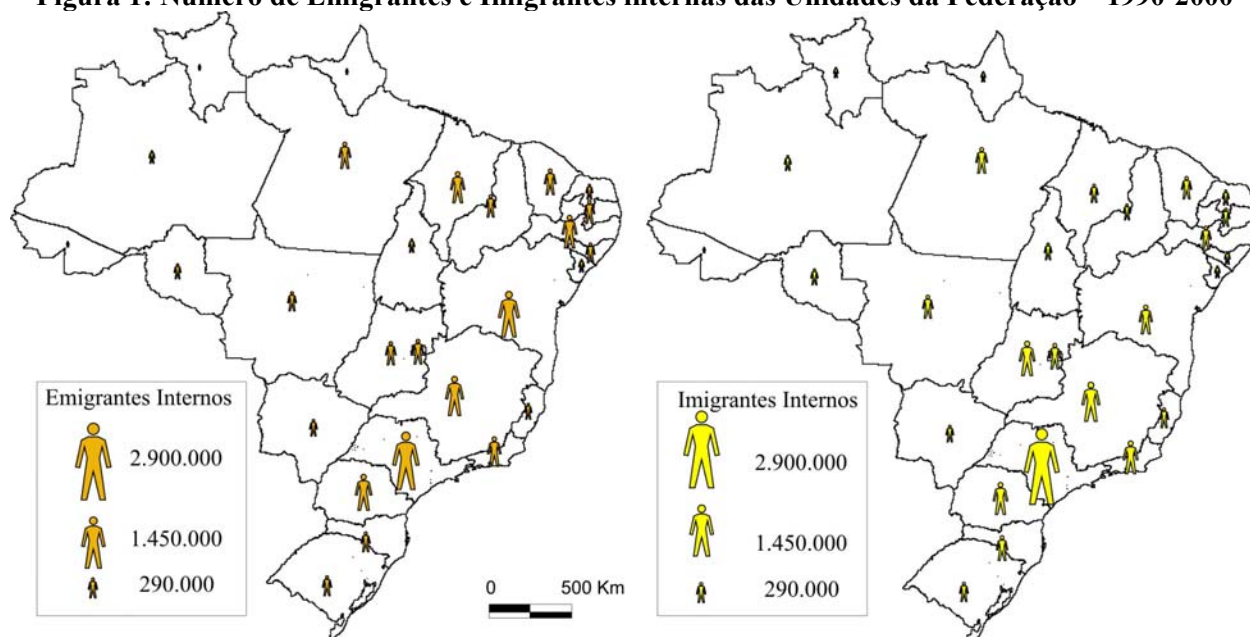
Países	Brasileiros	%	Países	Estrangeiros	%
1 Paraguai	50.201	33,3	1 Paraguai	11.156	18,9
2 Japão	31.774	21,1	2 Argentina	8.483	14,3
3 Estados Unidos	29.591	19,6	3 Estados Unidos	7.628	12,9
4 Grã-Bretanha	7.389	4,9	4 Bolívia	6.489	11,0
5 Argentina	6.851	4,5	5 Uruguai	5.431	9,2
6 Portugal	5.511	3,7	6 Japão	5.364	9,1
7 Itália	5.210	3,5	7 Portugal	4.290	7,3
8 França	5.096	3,4	8 Peru	3.655	6,2
9 Bolívia	4.624	3,1	9 Itália	3.583	6,1
10 Alemanha	4.600	3,0	10 França	3.079	5,2
Total	150.845	-	Total	59.158	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

No caso dos países de origem dos imigrantes estrangeiros residentes no Brasil percebe-se que a densidade desta rede migratória é relativamente maior do que a de brasileiros retornados. Os 10 principais países de origem concentram cerca de 64% de todos os imigrantes estrangeiros, sendo a diferença nos valores percentuais bem menos pronunciada do que no caso dos brasileiros. Assim como na origem dos brasileiros comparecem países da América Latina, Europa, além dos Estados Unidos e Japão.

Verificados os lugares de origem dos imigrantes o Censo Demográfico também permite reconhecer uma série de unidades espaciais no Brasil de destino das migrações. Neste caso também é possível tratar das migrações internas de última etapa com origem e destino nas UFs. A Figura 1 apresenta dois mapas representando as UFs com maior quantidade de emigrantes e imigrantes internos da década de 1990. Os mapas mostram que redistribuição da população brasileira no território concentra-se especialmente na porção centro-sul do país, que mantém os maiores níveis de imigração e emigração.

Figura 1: Numero de Emigrantes e Imigrantes internas das Unidades da Federação – 1990-2000

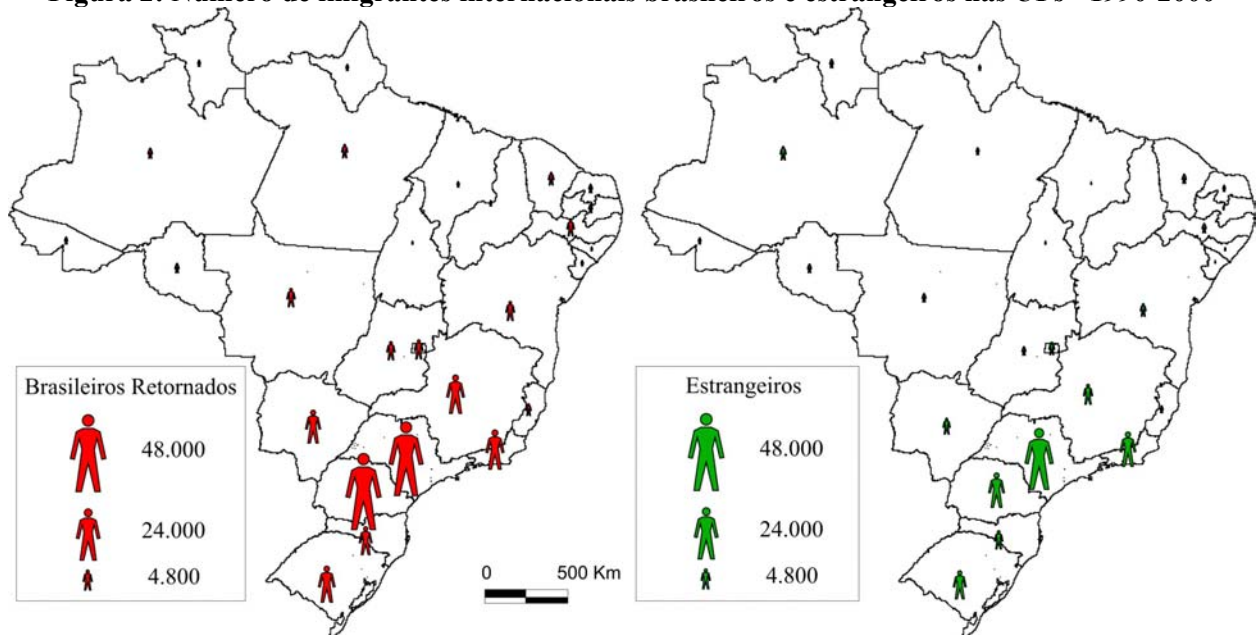


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

No caso da Região Nordeste fica claro a predominância da emigração e quanto à região Norte, ela se configura como a menor contribuinte nestas trocas populacionais. Este padrão da migração interna, mesmo que venha sofrendo profundas alterações quando observado em escalas mais detalhadas (BAENINGER, 2008) mantém suas características macro já há algumas décadas. Cumpre, neste sentido, verificar o quanto a migração internacional acompanha ou não tal padrão, no tocante a distribuição dos migrantes internacionais nas 27 Unidades da Federação.

A Figura 2 apresenta a distribuição espacial dos imigrantes internacionais brasileiros e estrangeiros mostrando que a migração internacional difere substancialmente do padrão observado na migração interna. No caso dos brasileiros retornados percebe-se uma forte participação da região Sul do país na distribuição espacial dos mesmos. Somente os estados de São Paulo e Paraná reúnem cerca de 49% de todos os brasileiros retornados, seguidos pelos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul que reuniam, cada um, entre 6 a 8% dos destes migrantes. De outra sorte o restante do país recebe quantidades bem menores de brasileiros retornados. No tocante aos imigrantes estrangeiros percebe-se um padrão de concentração próximo ao dos brasileiros, com uma redução da importância do Paraná em detrimento do aumento da importância de São Paulo e Rio de Janeiro. Juntos estes três estados concentravam cerca de 60% de todos os imigrantes estrangeiros no período.

Figura 2: Número de imigrantes internacionais brasileiros e estrangeiros nas UFs - 1990-2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Desta forma percebe-se que as redes migratórias compostas pelos fluxos de brasileiros e estrangeiros para o Brasil caracteriza-se por uma baixa densidade, restringindo-se a poucos países da Europa, EUA e Japão no caso da origem e concentrando-se no eixo Sudeste-Sul no caso do destino.

3) Aspectos demográficos da migração internacional

Sem a pretensão de esgotar todas as possibilidades de análise demográfica permitidas pela grande quantidade de variáveis desta natureza presentes nos Censos, essa seção apresentará uma breve descrição da estrutura etária por sexo dos grupos populacionais em estudo. Tal exploração é de vital importância para o conhecimento de como a migração interfere no comportamento populacional ao longo do tempo, na medida que a entrada ou saída de diferentes grupos etários em uma população pode produzir impactos profundos na dinâmica da

fecundidade, no mercado de trabalho, nas relações de gênero, entre outras. Assim, cumpre verificar como se dá o padrão etário dos migrantes internos, dos brasileiros retornados do exterior e dos imigrantes internacionais estrangeiros, ressaltando as maiores diferenças entre os mesmos.

A Tabela 3 apresenta as três categorias de migrantes e os não migrantes segundo a sua distribuição por sexo. Os valores da razão de sexo mostram uma alteração profunda do comportamento destes grupos comparativamente a população não migrante, que representa cerca de 93% da população residente no Brasil em 2000. O padrão observado no país é de 96,8 homens para cada mulher, quando se observa o grupo de migrantes internos nota-se um aumento da proporção de homens com manutenção da predominância das mulheres (98,8), contudo, no caso dos imigrantes internacionais os homens predominam. Entre os brasileiros retornados a razão de sexo fica em 1 para 1, contudo, no caso dos imigrantes internacionais os homens superam significativamente as mulheres (134), revelando um padrão acentuado de atração masculina nos movimentos de estrangeiros para o país.

Tabela 3: Distribuição por sexo da população brasileira em 2000 segundo categorias de migração

Sexo	Não Migrante	Migrante Interno	Internacionais	
			Brasileiro	Estrangeiro
Masculino	77.354.958	5.504.159	93.632	53.054
Feminino	79.928.094	5.572.680	93.547	39.588
Razão de sexo	96,8	98,8	100,1	134,0

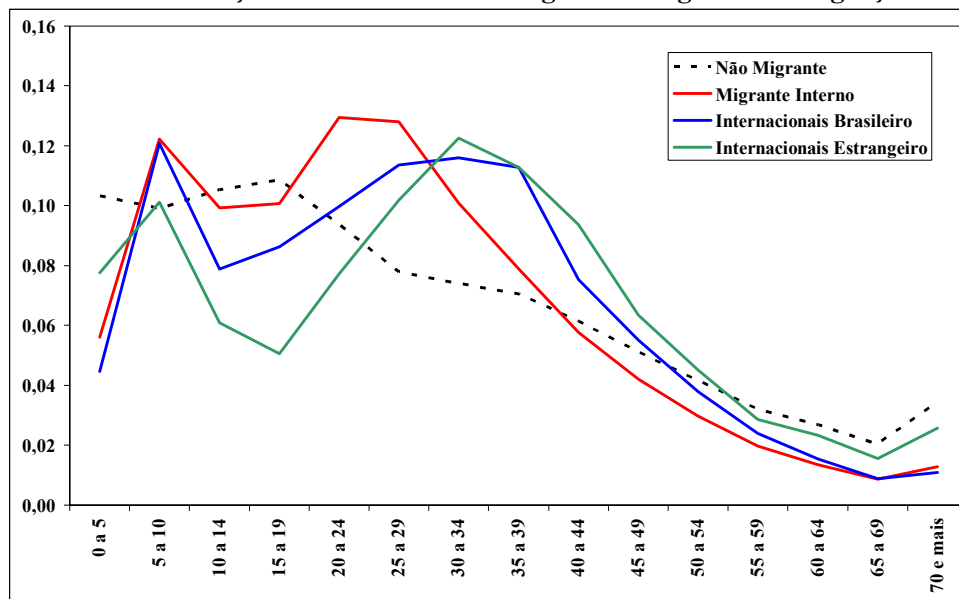
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Além do sexo, a estrutura etária pode também cooperar para distinguir padrões de diferenciação em cada tipo de migração, e os dados referentes a esses grupos confirmam tal hipótese. Os gráficos 1 e 2 apresentam a distribuição etária das categorias de migrantes em análise de acordo com o sexo. Em ambos os casos nota-se que os migrantes são um grupo populacional mais concentrado na idade de 15 a 45 do que a população total. A clássica curva de migração laboral⁵ que tipifica a estrutura etária das populações em movimento a procura de trabalho com curva de dois topos (nas crianças e nos pais) pode ser percebida em todos as três categorias de migrantes. Disto decorre que, para efeitos gerais, tanto a migração interna quanto a imigração internacional configura-se, pelos menos no que diz respeito à característica da sua distribuição etária, como movimentos laborais.

Com relação à migração interna percebe-se que tanto homens quanto mulheres tem o topo das suas curvas na idade de 20 a 24, contudo, os homens ainda mantém alta concentração na idade de 25 a 29. Os dados indicam que o perfil etário da migração interna é concentrado nas idades mais jovens com os homens prosseguindo nos fluxos por mais tempo que as mulheres. Ao comparar esse padrão com a migração internacional fica claro que o padrão etário tanto dos brasileiros quanto dos estrangeiros tende a ser mais distribuído, com o topo das curvas ocorrendo em idades mais avançadas. No caso dos imigrantes internacionais brasileiros, a curva dos homens ostenta os maiores valores nas idades entre 25 e 39 anos de idade, no caso das mulheres o topo da curva ocorre dos 25 a 29 anos, quando já declina a proporção de imigrantes, assim como se observa no caso da migração interna. Os imigrantes internacionais estrangeiros, por sua vez, apresentam padrão etário mais distribuído do que os brasileiros retornados, o topo da curva no caso dos homens ocorre no grupo de 30 a 34 anos, no caso das mulheres, curva que mais se distancia do padrão laboral, as maiores proporções de emigrantes são percebidas entre 20 e 34 anos, revelando, assim, um padrão contrário ao observado nas duas curvas anteriores, nas quais os homens migram mais ao longo da idade ativa.

⁵ Modelos propostos para estimar funções de migração por idade mostram que as causas principais do movimento acabam por gerar diferentes estruturas etárias da população migrante. Assim, migrações para estudo, de aposentados ou para trabalho vão constituir funções etárias completamente diferentes. Para maiores detalhes consultar ROGERS e CASTRO (1981).

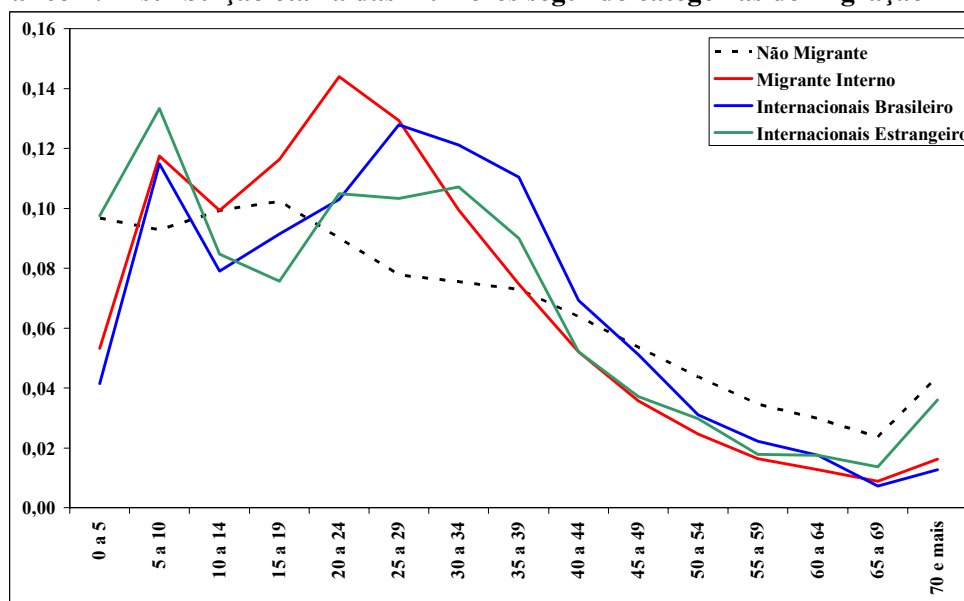
Gráfico 1: Distribuição etária dos homens segundo categorias de migração - 2000



Fonte: Censo Demográfico de 2000

Uma forma sintética de caracterizar o comportamento destas curvas é calcular uma idade média dos migrantes⁶ de acordo com a distribuição etária aqui apresentada. Os migrantes internos homens e mulheres apresentaram idade média de, respectivamente 26,3 e 25,9 anos, já no caso dos brasileiros retornados esses valores foram de 28,5 e 28,3 correspondendo com a equivalência da razão de sexos e com a maior semelhança das curvas. Já no caso dos estrangeiros os homens apresentaram idade média a migração de 30,9 enquanto para as mulheres foi de 27,1. As razões para tal diferença obviamente exigem estudos mais aprofundados, contudo é importante destacar a tendência de que a migração internacional se dê em idade mais avançada. No caso do retorno brasileiro poderia se atribuir essa configuração ao fato de se estar observando, sem dúvida alguma, no mínimo um segundo movimento migratório dos indivíduos. Mas o que dizer do caso dos imigrantes estrangeiros. Terá a imigração internacional outro padrão etário?

Gráfico 2: Distribuição etária das mulheres segundo categorias de migração - 2000



Fonte: Censo Demográfico de 2000

⁶ Esta idade média consiste no cálculo de uma média das idades, tomando como referência o meio do grupo etário (2,5 anos, 7,5 anos, 12,5 anos ...) ponderada pelo peso de cada grupo na distribuição.

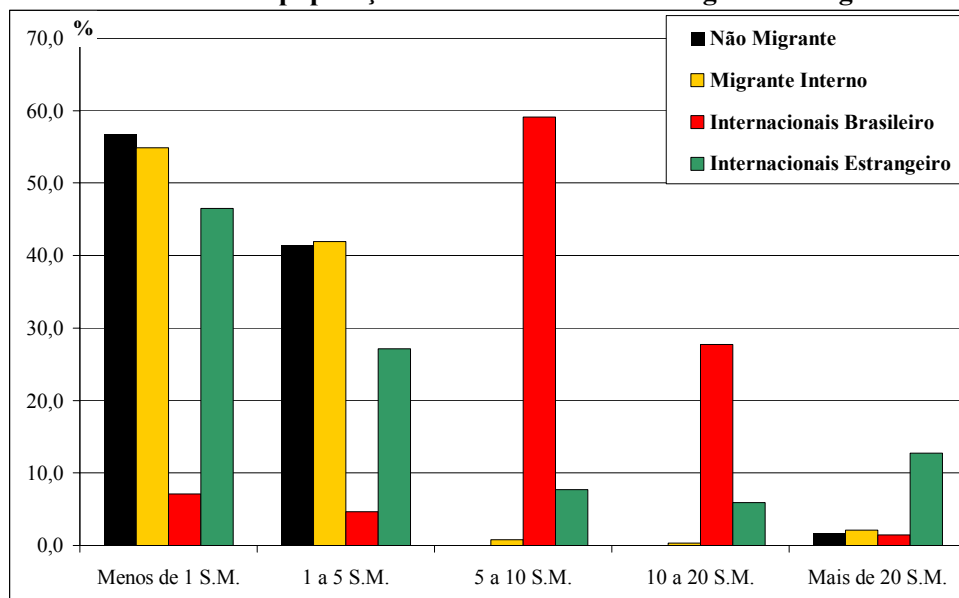
3) Renda e Inserção Ocupacional dos Migrantes

Nesta última seção serão abordados aspectos socioeconômicos dos imigrantes internacionais. Nesta temática particular os Censos Demográficos podem dar grande contribuição em função da grande diversidade de aspectos socioeconômicos da sociedade brasileira abordados na pesquisa. Tendo em conta que as variáveis geográficas e demográficas confirmaram padrões diferenciados no comportamento das categorias de migrantes em análise, cumpre analisar como tais grupos tem se inserido no mundo do trabalho.

Tendo em conta que a estrutura etária dos grupos migrantes indica a configuração de grupos laborais, torna-se fundamental verificar o quanto a migração tem contribuído para a mobilidade social dos indivíduos. No caso dos brasileiros retornados, suscita-se questões sobre a possibilidade da migração internacional oferecer melhoria nas condições de trabalho e renda comparativamente aos indivíduos que permaneceram no Brasil.

O Gráfico 3 apresenta a distribuição dos grupos populacionais em estudo segundo estratos de renda. A variável do Censo Demográfico utilizada foi a de Renda Total dos Indivíduos em salários mínimos (S.M.). Assim, cada respondente foi agrupado segundo cinco faixas de salário, a saber: menos de 1 S.M., de 1 a 5 S.M., de 5 a 10 S.M., de 10 a 20 S.M. e mais de 20 S.M. As diferenças entre os grupos causam surpresa em função da pequena representatividade dos imigrantes internacionais brasileiros nos estratos de baixa renda. Enquanto os não migrantes e os migrantes internos figuram predominantemente entre a população que ganha até cinco salários mínimos, cerca de 60% dos brasileiros retornados encontram-se na faixa entre 5 e 10 salários. Os imigrantes internacionais estrangeiros também se distribuem de forma peculiar no gráfico: cerca de 70% deles auferem renda menor que 5 S.M., quanto 12,7% ganham mais que 20 salários, percentual muito superior a qualquer das outras classes.

Gráfico 3: Faixas de renda da população em salários mínimos segundo categorias de migrantes

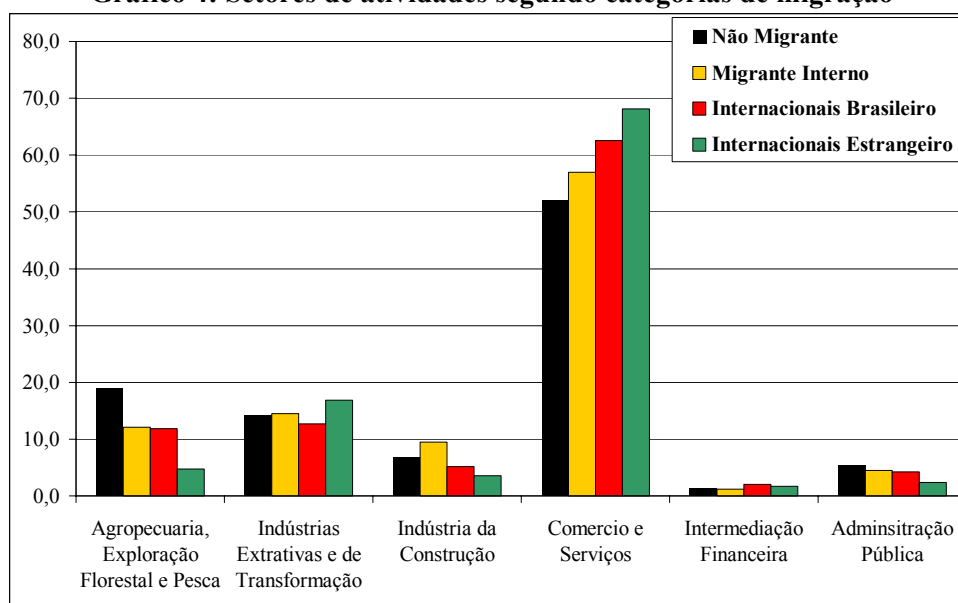


Fonte: Censo Demográfico de 2000

Estes dados trazem importantes indicativos de como a migração tem contribuído para transformar os rendimentos da população. Mesmo que seja complexo realizar tais comparações fica evidente que os retornados brasileiros conseguem obter melhor retorno da migração internacional do que conseguem os migrantes internos. De outro lado, parece haver situações diametralmente opostas no caso dos imigrantes estrangeiros, parte deles obtém grande sucesso, traduzido em altos rendimentos, enquanto outra parte expressiva acompanha o padrão de baixa renda da população brasileira.

Outra forma de avaliar a inserção ocupacional é verificar quais setores de atividades tem absorvido os imigrantes internos e os internacionais. O Gráfico 4 cumpre esta tarefa apresentando os grupos de migrantes e os não migrantes de acordo com a participação dos mesmos em seis classes de atividades econômicas. Em todos os grupos percebe-se que mais de 50% das pessoas estão alocadas no setor de comércio e serviços, contudo, o gráfico mostra um aumento da participação neste setor na seguinte ordem: migrantes internos (57%), brasileiros retornados (62%) e estrangeiros (68%). Os não migrantes destacam-se no setor agropecuário e pesca, bem como na administração pública, os migrantes internos destacam-se na indústria da construção civil. É interessante notar como os migrantes internacionais têm participação mais reduzida nos setores de atividade caracterizados por menores rendimentos e baixa qualificação, se alocando em setores que permitem uma maior mobilidade social, como é o caso do comércio e serviços.

Gráfico 4: Setores de atividades segundo categorias de migração



Fonte: Censo Demográfico de 2000

Durante quase toda a segunda metade do século XX a migração interna operou como mecanismo de redistribuição espacial da população brasileira, permitindo, nos centros urbanos em crescimento e nas sociedades industriais em criação, o alcance da mobilidade social. Assim, milhares de brasileiros se deslocaram pelo território em direção aos centros urbanos ou as áreas de expansão agrícola com o objetivo primordial de melhorarem seus rendimentos. Contudo, a consolidação da sociedade urbano-industrial brasileira e a integração do país nos processos sociais e econômicos da sociedade globalizada vêm provocando um esgotamento das oportunidades de mobilidade social associadas à migração interna. Segundo Brito (1995) esse fenômeno explica o recente crescimento da migração internacional no Brasil, bem como a inversão de sinal do saldo migratório do país. De acordo com este autor, a migração internacional configura a próxima fronteira para conquistar a mobilidade social.

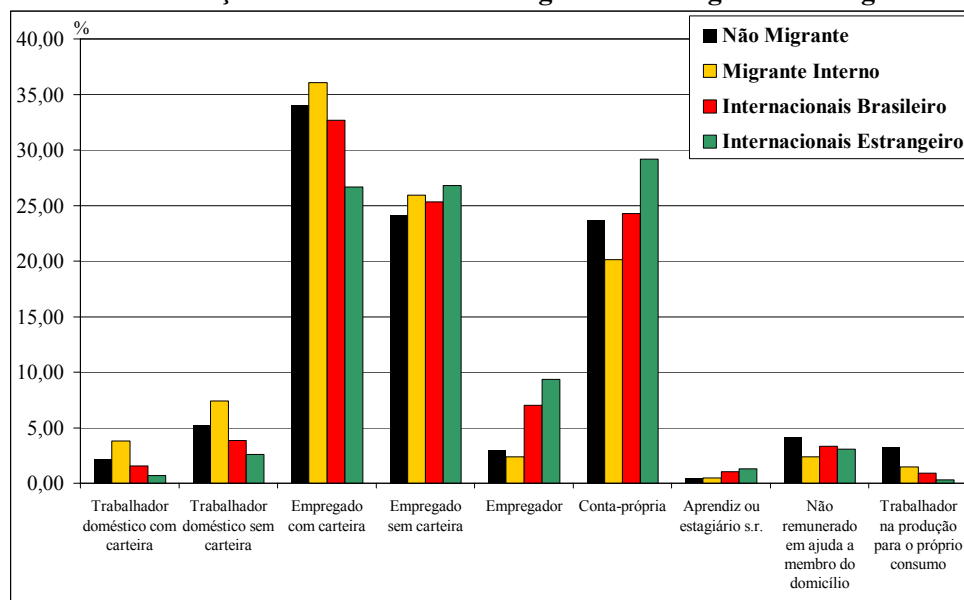
Os dados até aqui analisados confirmam tais hipóteses, considerando que os migrantes internos pouco se diferenciam dos não migrantes em termos de renda e inserção ocupacional, fato não observado com relação aos migrantes internacionais, sejam eles brasileiros ou estrangeiros. Assim, a exploração das possibilidades de análise socioeconômica do Censo Demográfico podem ajudar a compreender em que medida os migrantes internacionais tem realmente vivenciado tal mobilidade social.

Outra variável censitária que coopera para a compreensão destas questões é a de posição ocupada no estabelecimento. O Censo Demográfico de 2000 permite identificar se o indivíduo esta no seu trabalho como empregado de carteira assinada, empregado sem carteira assinada, se

trabalha por conta própria ou mesmos se é o empregador. Como se sabe, muito do ideário associado à migração dos países em desenvolvimento para as nações desenvolvidas está associado à possibilidade de conseguir acumular renda o bastante para se tornar um empreendedor autônomo. Esta variável censitária, assim, pode mostrar se os imigrantes internacionais se diferenciam do restante da população na capacidade de se tornarem empregadores ou trabalhadores autônomos.

O Gráfico 5 apresenta os dados de posição no estabelecimento para os não migrantes e categorias de migrantes analisadas. Mais uma vez as diferenças entre os grupos são notáveis. Os não migrantes destacam-se nas atividades não remuneradas, fator esperado pela própria natureza da migração. O gráfico mostra que boa parte da população concentra-se em três categorias: os empregados com e sem carteira de trabalho assinada e os trabalhadores por conta própria. Os dados indicam que os migrantes internacionais tendem a ser menos representativos no mercado de trabalho formal, ocupando funções sem carteira ou por conta-própria. No caso dos empregadores fica evidente que a migração internacional interfere positivamente na possibilidade dos indivíduos se tornarem empregadores.

Gráfico 5: Posição no estabelecimento segundo as categorias de migrantes



Fonte: Censo Demográfico de 2000

Outra importante questão suscitada quanto a possibilidade de mobilidade social dos imigrante refere-se a forma como ela se dá no tempo. Muitas vezes a capacidade de reunir fundos no exterior para tornar-se empreendedor no país de origem pode não dar certo devido a fatores como falta de planejamento, inabilidade administrativa, entre outros. Em função disto é interessante verificar se o tempo de residência acaba se traduzindo em melhoria ou piora das condições de vida.

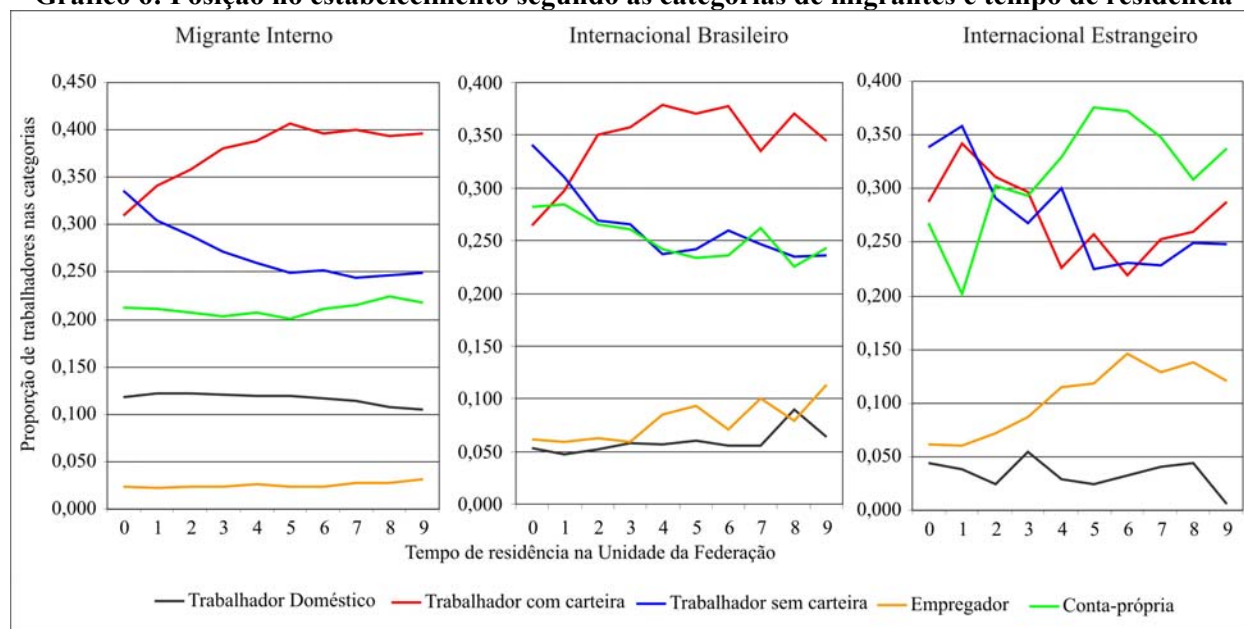
Uma forma de obter tais informações com o Censo Demográfico é trabalhar com os dados de tempo de residência, comparando os imigrantes a partir desta variável. Tal abordagem, contudo, apresenta algumas limitações metodológicas. Tendo em conta que os dados não são longitudinais como pretende a análise, serão comparadas pessoas diferentes em momentos diferentes, assim, a diversidade de desempenho pode estar mais associadas às diferenças no momento do que realmente as diferenças entre os grupos. Todavia, a comparação do comportamento de cada grupo podem, mesmo assim, permitir alguma reflexão neste campo.

O Gráfico 6 apresenta os dados de posição no estabelecimento de acordo com o tempo de residência dos migrantes nas Unidades da Federação. Os gráficos mostram as informações desagregadas para os migrantes internos e os imigrantes internacionais brasileiros e estrangeiros. Com relação aos migrantes internos nota-se um padrão claro de inversão da participação das

atividades formais e informais, enquanto a proporção de migrantes com carteira assinada cresce, decresce no mesmo ritmo a proporção de migrantes sem carteira assinada. Os migrantes internos de conta-própria aumentam a sua participação ao longo do tempo e são poucas as modificações visíveis no trabalho doméstico e na posição de empregador. Esse dado pode indicar a possibilidade da migração interna ainda funcionar como mecanismo de mobilidade social, pelo menos no tocante a estimular a entrada no mercado formal de trabalho. Contudo, deve-se ter em conta que a entrada no mercado formal provavelmente aumenta com a idade e talvez esse mesmo padrão possa ser observado entre os não migrantes. A falta de dados longitudinais para os não migrantes impede maiores explorações nesta questão.

Ao se analisar o comportamento dos brasileiros retornados percebe-se o mesmo padrão de inversão entre as atividades formais e informais, contudo, na mesma medida em que decresce a participação dos informais também diminui a proporção de indivíduos conta própria. No caso dos empregadores nota-se um padrão de tendência ao aumento da participação dos mesmos, indicando que os brasileiros retornados vão ao longo do tempo abandonando o mercado de trabalho informal (empregado sem carteira e conta própria) para ingressar no mercado formal ou lograr sucesso como empreendedores.

Gráfico 6: Posição no estabelecimento segundo as categorias de migrantes e tempo de residência



Fonte: Censo Demográfico de 2000

Os imigrantes estrangeiros, por sua vez, mostram um padrão diverso de comportamento. As ocupações tanto no mercado formal quanto informal (trabalhadores com e sem carteira assinada) decrescem a sua participação neste grupo de acordo com o tempo de residência. Ao mesmo tempo em que se observa um forte crescimento dos trabalhadores por conta própria. Também neste grupo observa-se um aumento de quase 10 pontos percentuais da proporção de empregadores, indicando que a inserção desta população no mercado de trabalho se dá de forma diversa. Como não é possível realizar muitas considerações sobre a natureza da categoria conta própria e levando em conta que há grande parte destes imigrantes com baixos salários é bem provável que esta configuração reflita dois extremos vivenciados por esta população: Uma pequena parte ligada ao mercado de trabalho formal com altos rendimentos e outra grande parte inseridos na informalidade ou mesmo ilegalidade e com baixos rendimentos.

Tendo em conta o conjunto destas informações socioeconômicas fica claro a necessidade de empreender maiores esforços para a compreensão da inserção ocupacional destes grupos de migrantes, bem como para o entendimento dos fatores que estimulam a mobilidade social.

Considerações Finais

O objetivo principal deste artigo foi buscar avançar nas possibilidades de descrição dos migrantes internacionais residentes no Brasil com base nas informações disponíveis no Censo Demográfico. Mesmo que esta fonte de dados apresente severas limitações ao estudo de populações raras como os migrantes internacionais, a abrangência e a diversidade de temas nele tratado permitem ao pesquisador encontrar direções para inúmeras questões de estudo a serem respondidas em pesquisa de porte e natureza diferentes.

Ao longo do texto foram abordados aspectos relativos à distribuição geográfica dos migrantes, identificando origem e destino dos fluxos, ao comportamento demográfico destas populações, em especial o comportamento da estrutura etária por sexo e, finalmente, algumas considerações sobre a renda e a inserção ocupacional dos imigrantes. Em todo o texto procurou-se, sempre que possível, estabelecer comparações com as populações de não migrantes e de migrantes internos, com vistas a perceber quais seriam os elementos são mais decisivos como diferenciação dos migrantes internacionais.

Os dados mostraram que a rede de trocas populacionais entre o Brasil e outros países mostra-se com baixa densidade, sendo protagonizada por um número pequeno de nações na Europa, EUA e Japão, assim como os destinos no interior do território brasileiro também mostram-se limitados e bem circunscritos ao eixo sudeste-sul. As variáveis demográficas indicaram que a migração internacional comporta-se de forma diferente da interna no que se refere à idade média para realização dos fluxos, que se concentram mais entre os 25 e 30 anos de idade. Da mesma forma, a inserção ocupacional e a renda dos imigrantes internacionais mostra-se diferenciada em vários aspectos dos migrantes internos e população não migrante, indicando melhores rendimentos e posições diferenciadas no mercado de trabalho para aqueles.

Devido às limitações próprias a natureza de uma pesquisa como o Censo Demográfico este trabalho concentrou esforços para uma descrição das variáveis apresentadas, reconhecendo o mérito de incursões descritivas como eficientes mecanismos para suscitar questões mais profundas a serem respondidas.

Referências Bibliográficas

BAENINGER, Rosana. Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. *Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu, setembro/outubro de 2008.

BILSBORROW, R.E. et al. *International migration statistics: guidelines for improving data collection systems*, UNFPA, International Labour Office, Genebra. 1997.

BRITO, F. (1995). Ensaio sobre as imigrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.12, n. 1/2, p. 21-33.

CARVALHO, J. A. M.; MACHADO, C.C. Quesitos sobre migração no Censo Demográfico de 1991. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. Campinas, 9(1), 1992.

CARVALHO, J.A.M. e GARCIA, R.A.. *Estimativas decenais e quinquenais de saldos migratórios e taxas líquidas de migração do Brasil, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo unidade da federação e macrorregião, entre 1960 e 1990, e estimativas de emigrantes internacionais do período 1985/1990*. CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, Outubro, 2002.

GARCIA, Ricardo Alexandrino, SOARES, Weber. *Migração internacional de retorno ao Brasil: Efeitos diretos e indiretos*. Trabalho apresentado no XII Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina, Setembro de 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2000; Documentação dos microdados da amostra*. IBGE. Novembro de 2002.

ROGERS, A. e CASTRO, J.L. *Model migration schedules*. Laxenburg, Áustria: IIASA, 1981.